

# Mão-de-obra e padrão de vida

DESIRÉ GUARANI E SILVA

**A**NALISANDO-SE a economia brasileira em seus variados aspectos, um dêles, comum a todos os nossos setores de atividade, sobreleva-se aos demais de maneira especial e até mesmo com muito maior importância do que o nível de salários ou a participação da mão-de-obra no produto social do trabalho, pois afeta, mais do que êstes, a estrutura orgânica da economia nacional: o problema do potencial de trabalho em nossa Pátria.

Com o desenvolvimento, em ritmo ascendente, do nosso parque industrial, cuja mão-de-obra tem sido alimentada, em sua maior parte, pelas migrações que provocam o abandono das zonas rurais no interior do País, êste problema merece tãda a consideração dos cidadãos que, por motivo de sua posição na escala social de valores, tomam decisões que influenciam a conjuntura da economia brasileira, para que com a solução do mesmo não se diminua a renda nacional nem se prejudiquem os trabalhadores na participação que lhes cabe no dividendo nacional, uma vez que estas duas faces de tão magna questão se revestem de importância fundamental na solução do problema da mão-de-obra brasileira, pelas repercussões que provocam na situação do bem-estar econômico do povo em geral. E justamente a necessidade de fortalecer a estrutura do nosso parque industrial em benefício do bem-estar geral do povo e da massa obreira em particular, tanto da agricultura, quanto da indústria, é que nos deve conduzir à obrigação de conhecer e pôr em prática os melhores meios capazes de permitir aos diversos setores da economia nacional o potencial de trabalho indispensável à sua maior produtividade.

De várias maneiras se pode atender ao suprimento de trabalho não só aos nossos dois mais importantes setores de economia cuja eficiência depende, em grande parte, da capacidade média da mão-de-obra — a agricultura e a indústria — como a todos os demais ramos de atividade econômica: pela imigração, pelo crescimento endógeno da população e pelo aumento da capacidade média do potencial de trabalho.

Se a imigração pudesse ser orientada no sentido de obter-se apenas elementos de elevado ín-

dice profissional, seria esta, sem dúvida, a melhor forma de solucionar o problema da nossa mão-de-obra. Mas, dificilmente o operário ou o agricultor estrangeiro emigra desacompanhado de seus parentes inativos ou dos seus dependentes de menor idade. Êsse aspecto social e familiar da imigração, aliado aos de assimilação e radicação do imigrante, quase anula as vantagens econômicas imediatamente provenientes da aquisição de elementos de avançada capacidade técnica. Não podemos, portanto, depositar apenas na imigração as esperanças para aumentar o suprimento do potencial de trabalho que a nossa economia reclama com urgência. Sem dúvida que a mão-de-obra proveniente do estrangeiro, a qual, em sua maioria, se encontra ocupada na agricultura, na pecuária e nas indústrias de transformação, tem participado de maneira relevante no progresso dos vários setores da economia brasileira. A conjuntura econômica nacional, porém, e a baixa capacidade média da mão-de-obra brasileira reclamam voltemos para esta as nossas atenções, a fim de que o desenvolvimento econômico do País permita não só a elevação da renda nacional, mas também a maior participação do trabalho na mesma, a fim de que, paralelamente ao aumento daquela, ocorra a elevação do padrão de vida da massa obreira, condição indispensável ao bem-estar geral do povo.

Não há dúvida de que se o suprimento do trabalho cresce, quer êsse crescimento seja provocado por uma adição ao número da massa obreira, quer seja proveniente de uma elevação na capacidade média dos trabalhadores, a renda nacional deve melhorar, e de que um aumento no suprimento do potencial de trabalho tende a elevar a quantia absoluta da renda nacional destinada à mão-de-obra. Mas se o aumento dêsse suprimento resulta apenas de um acréscimo em o número de trabalhadores, a quantia absoluta "per capita" no dividendo nacional deve sofrer diminuição, apesar do aumento que daí resultará na quantia total percebida, como pagamento, pela mão-de-obra. E se a perda "per capita" dos salários da mão-de-obra fôr relativamente grande, não devemos apressar a conclusão de que um simples aumento em o número dos trabalhadores determina uma elevação

no bem-estar econômico da mão-de-obra. Quando, porém, o aumento no suprimento do potencial de trabalho nasce de uma melhoria na capacidade média de trabalho do povo como um todo, é evidente que, além do crescimento do dividendo nacional, o aumento que daí resulta na parcela absoluta da renda nacional destinada à mão-de-obra determina uma elevação no bem-estar econômico do povo. Além disso, se quisermos considerar o preço de custo do trabalho eficiente para obter a melhoria da produtividade da nossa mão-de-obra, devemos considerar que qualquer aumento na capacidade técnica do potencial de trabalho, pela qualificação profissional, cria sempre novas condições que permitem o aparecimento de invenções ou aperfeiçoamentos nos processos ou métodos de trabalho, os quais, desde que possibilitem a produção de um novo bem econômico ou a produção mais fácil de um artigo já existente, devem aumentar a renda nacional, e, desde que não prejudiquem a parte do trabalho na mesma, devem também desenvolver a renda real que cabe à mão-de-obra. E isto porque sendo relativamente grosseiros os artigos da indústria consumidos pelas classes obreiras, os quais podem ser mais facilmente produzidos em larga escala por máquinas, é em artigos desta espécie que melhores oportunidades existem para o aproveitamento de invenções e aperfeiçoamentos, com a conseqüente elevação não só da renda de fato do trabalho, como também do dividendo nacional, pois só se progride com invenções e com descobertas. E como as leis econômicas que mais profundamente afetam o desenvolvimento da nossa economia são as da produção e não as do consumo, estaremos, mediante a elevação da renda nacional em virtude do aumento da capacidade média da mão-de-obra brasileira, criando o ambiente capaz de evitar dissídios coletivos que têm em mira apenas aumento de ordenados para a elevação nominal de salários, pois um alto padrão de vida é capaz, por si só, de permitir salários reais elevados para os componentes de toda a massa obreira. Só assim poderemos entrar no círculo vicioso do progresso econômico, de vez que uma elevação no padrão de vida da população aumentará de muito o dividendo nacional e a quota do mesmo destinada a cada categoria econômica ou grupo profissional, e por sua vez uma elevação no padrão de vida de uma categoria econômica ou grupo profissional aumenta a sua eficiência e, portanto, os seus próprios salários reais, e faz crescer a renda nacional, permitindo aos demais membros da coletividade obter o seu bem-estar econômico a um custo um pouco menor relativamente à sua produtividade.

Devemos, portanto, como condição primária para a elevação do padrão de vida do potencial de trabalho do País, incrementar a qualificação profissional da nossa mão-de-obra, tanto na agricultura, quanto na indústria. Devemos não só elevar a capacidade técnica dos cidadãos que compõem o potencial do trabalho brasileiro, como permitir aos seus filhos uma educação técnica que corresponda de fato às reais necessidades do País, educação esta que coloque os jovens trabalhadores em posição superior à ocupada pelos que apenas possuem instrução geral primária, pois a simples capacidade de escrever e fazer contas pertence, na realidade, a um grau mais baixo que o do trabalho manual qualificado. Devemos fazer com que os filhos dos nossos trabalhadores não qualificados, tanto da agricultura, quanto da indústria, se tornem capazes de ganhar salários de trabalhador qualificado, e os filhos dos operários especializados se habilitem à execução de tarefas ainda mais importantes nas fábricas e nos campos, pois quando os filhos de qualquer classe passam, mediante mais alta qualificação profissional, para uma categoria social mais elevada, há, para a economia nacional, um ganho, pelo aumento da renda nacional, e para a sociedade, uma vantagem, pela elevação do nível social do povo, como decorrência natural da capilaridade social, permitindo-se que o maior número possível satisfaça a aspiração ingênita de cada cidadão em galgar sempre uma classe mais elevada na distribuição dos valores da coletividade na escala social.

O panorama do potencial de trabalho que se observa no Brasil não dispensa tais medidas, necessárias ao aumento da renda nacional, à melhor distribuição desta em favor do trabalho e à elevação do padrão de vida dos brasileiros, principalmente no interior do País.

Do milhão e meio de operários ocupados nas nossas indústrias, apenas cerca de 300.000 podem ser considerados como mão-de-obra qualificada. E esse número, relativamente baixo para o total de pessoas empregadas na indústria, é alcançado em virtude da classificação como qualificado de todo operário com qualquer preparo técnico acima do analfabetismo ou da instrução primária geral, quer tenha ou não concluído curso de preparação ou de aperfeiçoamento profissional. Mas não é só: dadas as rudimentares condições de habitação e de alimentação em que vive a classe obreira em nosso País, resultantes das precárias condições de existência que equacionam o padrão de vida dos brasileiros, é muito baixo o índice de vida média da nossa população, o que faz com que tão somente cerca de 23% do potencial de trabalho

ocupado na indústria ultrapasse a casa dos 40 anos de idade. É este outro problema, associado ao da capacidade da mão-de-obra, o qual reclama a nossa atenção, uma vez que para se tornar economicamente produtivo o preparo de um trabalhador é preciso que o trabalho dêste seja empregado por uns trinta e até mesmo quarenta anos depois que o adquiriu. E na agropecuária, que absorve 65% do potencial de trabalho do Brasil, tal aspecto dêste mesmo problema não é muito mais satisfatório, pois somente 27% da população ocupada nas lides da lavoura e da agricultura podem utilizar a experiência que torna mais útil a atividade dos trabalhadores de idade superior a 40 anos. E, infelizmente para a economia nacional em seu conjunto, tais porcentagens de pessoas maiores de 40 anos de idade na agropecuária e na indústria são bem mais elevadas do que a encontrada para a população total do País, uma vez que esta é constituída de tão somente 17% de pessoas maiores de 40 anos de idade.

Não haverá, portanto, economicamente, vantagem alguma em apenas cuidar da elevação da capacidade média da mão-de-obra brasileira sem, concomitantemente, tratar de alongar a vida média dos habitantes do País em geral, pois só dessa forma é que poderão ser totalmente aproveitados o preparo dos trabalhadores qualificados e a experiência profissional daqueles que envelhecem aperfeiçoando-se no exercício de uma atividade econômica e transmitindo aos mais jovens os resultados de sua experiência.

Para elevar a capacidade média do potencial de trabalho na indústria, já estamos obtendo resultados relativamente apreciáveis. O total de cerca de 40.000 operários matriculados anualmente nos cursos de preparação profissional mantidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e o de cerca de 13.000 crianças e adolescentes que anualmente se vêm matriculando nas escolas técnicas e profissionais públicas e particulares bem demonstram o cuidado que o Governo e as entidades privadas têm dedicado ao problema da instrução profissional. Embora sejam muito elevadas as taxas de evasão dos alunos durante os anos escolares, tanto nos cursos destinados a adultos, quanto nos reservados a menores, o que deixa muito baixa a porcentagem de aprovação final, o movimento de matrículas e de frequência na primeira série dos mesmos já traduz alguma elevação na capacidade média da nossa mão-de-obra. Aliás, a evasão é devida, principalmente, a causas econômicas, pois o abandono do curso se dá, em geral, quando o aluno encontra condições de emprego ou de melhor remuneração, o que ocorre tão

logo adquira alguns conhecimentos técnicos, dadas as deficiências da mão-de-obra brasileira utilizada na indústria e as imediatas necessidades econômicas dos operários. Paralelamente ao aspecto da grande evasão dos cursos e da baixa porcentagem de conclusão dos mesmos pelos alunos, existe o da coordenação das atividades das escolas com a vida econômica, social e cultural das regiões a que se destinam, a fim de que se satisfaçam, de maneira racional, as exigências da indústria relativamente a pessoal qualificado e semiquificado. E neste setor muito se deve esperar das atividades que estão sendo desenvolvidas pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, a qual está estudando os meios capazes de satisfazer às necessidades de formação de pessoal qualificado para o progresso da indústria no Brasil.

Se no que se refere à preparação de mão-de-obra qualificada para a indústria podemos apresentar uma referência lisonjeira às nossas possibilidades atuais, já o mesmo não ocorre quanto à agricultura, na qual se nota a maior necessidade de elevação da capacidade média do potencial humano ocupado neste setor econômico. De acordo com os atuais recursos financeiros, o Governo tem procurado estimular e incentivar o ensino agrícola, para colocar à disposição da agricultura e da pecuária os recursos da técnica e os instrumentos com os quais se eleva a produtividade do trabalho na terra. Infelizmente, porém, muito pouco se tem feito nesse sentido, pois as matrículas nas escolas agrotécnicas, agrícolas e de iniciação não atingem a 2.000 alunos anualmente e as conclusões dos cursos são inferiores a 300, por ano. É esse auxílio, modestíssimo, aliás, à elevação da capacidade da mão-de-obra agrícola, pouco favorece, de maneira direta, as atividades particulares, uma vez que os trabalhadores treinados ou aperfeiçoados nas escolas do Governo Federal são aproveitados, quase totalmente, nos estabelecimentos agrícolas da União, os quais ainda carecem de pessoal especializado para que possam atender às necessidades de assistência técnica aos nossos agricultores. Nos anos de 1947 e 1948, com a ajuda da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Rural, conseguiu-se uma contribuição um pouco maior à elevação da capacidade da mão-de-obra agrícola, mediante a matrícula de cerca de 2.400 lavradores nos 34 cursos mantidos pela mesma Comissão e nos quais aproximadamente 1.400 alunos concluíram os cursos em que se matricularam. Mas, neste particular, não basta, pela diversidade do problema nas várias regiões econômicas do País, a ação do Governo Federal. É preciso que os Governos Municipais e, principalmente, os particulares colaborem ativamente neste setor da instrução

técnica, para ajustá-lo melhor ao desenvolvimento da agricultura.

Embora não se possa dizer que seja de proteção especial o cuidado dedicado ao ensino industrial, o qual reclama vultosos recursos financeiros e técnicos para que possa corresponder às necessidades da economia nacional, o ensino destinado à elevação da capacidade da mão-de-obra agrícola é simplesmente insignificante, não só em relação ao industrial, como, principalmente, em virtude da importância da agricultura na economia brasileira.

Atravessamos uma fase econômica em que se torna inadiável superar a nossa insuficiente industrialização para atingirmos, com a ajuda da tecnologia, o padrão de vida mínimo compatível com as necessidades de bem-estar econômico e de segurança social do homem brasileiro, para o crescente progresso do País. E nesta transição da fase agropastoril para um mais adiantado estágio econômico baseado na industrialização, há muito lugar, para os mais qualificados valores profissionais, nas fileiras superiores de qualquer atividade econômica. Há abundância de espaço nos graus superiores da classe média, a cuja atividade e recursos dos espíritos mais destacados se deve a maior parte das invenções e dos aperfeiçoamentos nos métodos e processos de trabalho. E êsses lugares e êsse espaço devem e precisam ser preenchidos, mediante a elevação aos grupos profissionais superiores dos mais destacados valores da nossa mão-de-obra, para o bem-estar econômico do potencial de trabalho no Brasil e maior desenvolvimento da economia nacional.

Da industrialização do País depende a elevação da produtividade da nossa agricultura. Mas nos países, como o Brasil, ainda não industrializados, a indústria, para desenvolver-se, tem de contar principalmente com o mercado interno e pouco com o externo. E como para o escoamento da produção em grande escala é preciso dispor do poder aquisitivo das massas, o qual constitui a expressão

dinâmica do nível de vida de uma coletividade, torna-se necessário elevar o padrão de vida do potencial de trabalho, tanto nas cidades, quanto nos campos, mediante a melhoria da qualificação profissional e a conseqüente correção da má distribuição da renda nacional. E em o fazendo, estaremos evitando que a capacidade de consumo no mercado interno, principalmente no interior do País, fique demasiado atrás da nossa capacidade de produzir e da própria produção efetiva.

Cumprido, dessa forma, elevar, mediante uma distribuição racional da produção possível, o nível de vida da mão-de-obra e a capacidade aquisitiva do povo no interior do País, uma vez que a industrialização exige maiores mercados e a estabilidade econômica somente é possível mediante a harmonização do desenvolvimento técnico com as condições que permitem êste desenvolvimento.

E' indispensável, pois, cuidar da elevação da capacidade média do nosso potencial de trabalho, a fim de que a Nação possa dispor de uma agricultura em avançado estágio de produção e de um parque industrial de alto padrão de produtividade, capazes de determinar o crescimento da renda nacional e a elevação do padrão de vida da mão-de-obra brasileira. E ao cogitarem desta realidade nacional, deveriam os homens da nossa indústria e da nossa agricultura demonstrar ainda maior devoção ao bem público nacional, pela dedicação de maior empenho no preparo técnico da mão-de-obra de que dispomos e maior colaboração à obra do Governo neste sentido, a fim de que se eleve a produtividade do potencial de trabalho, a sua participação na renda nacional e o padrão de vida do povo brasileiro e para que, mediante maior parcela de responsabilidade e de interesses econômicos dos empregadores na execução das diretrizes básicas que devem orientar o ensino técnico, a educação profissional da massa obreira se ajuste às reais necessidades da indústria e da agricultura.

\* \*

O orçamento público, tal como apareceu no Brasil, sob forma altamente aperfeiçoada, no período compreendido entre os últimos anos da Colônia e os primeiros do Império, obedecendo a regras só muito mais tarde enunciadas e recomendadas pelos teóricos, é uma das resultantes da transplantação, nos princípios da nacionalidade, para o rudimentarismo das feitorias agrícolas, daquele aparelhamento político fino, completo e diferenciado, de que falam Oliveira Viana, Tavares de Lira, Max Fleiuss, Agenor de Roure e outros. Quando D. João VI transferiu a Côrte de Lisboa para o Rio de Janeiro, predominava a desordem nas finanças da Colônia. Conforme depõe o Conselheiro Cândido Batista de Oliveira, no seu curioso livrinho *Sistema Financeiro do Brasil*, durante o regime colonial "o erário real... nunca soube o que arrecadou, nem o que despendeu em todo o Brasil; e, o que ainda mais maravilha, nenhuma das juntas de fazenda se achava habilitada para dar um balanço regular de suas limitadas transações de receber e pagar": Êsse estado de coisas exigia corretivo. D. João VI, mal chegado ao Brasil, manifestava inequivocamente o desejo de sistematizar a administração financeira da Colônia. — *Benedito Silva* — "R.S.P." de dezembro de 1944.